

## BOLETIM 72

Brasília, 1º de março de 2016

### Mazinho defenderá mais recursos para a construção na retomada da Mesa Nacional do setor

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho *(foto)*, defenderá, hoje, na retomada da Mesa Nacional da Construção Civil, a proposta de que, pelo menos, 30% dos R\$ 83 bilhões que o governo prevê de investimentos na economia sejam destinados ao setor.

A Mesa Nacional, por sugestão da CONTRICOM, será reativada em reunião que acontece nesta terça no Ministério do Trabalho, com a presença de representantes dos trabalhadores (CONTRICOM e Centrais Sindicais), dos empregadores (CBIC e sistema SINDUSCON) e do próprio governo.

Mazinho já encaminhou essa proposta pessoalmente ao governo, através de reunião que aconteceu recentemente no Palácio do Planalto com ministros do atual governo. O presidente da CONTRICOM chegou a falar pessoalmente com o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa.

O presidente da CONTRICOM sustenta que “esse é o caminho mais rápido e eficiente para que o governo possa ter um retorno na retomada do crescimento e da empregabilidade em nosso país, pois o setor da construção tem um grande dinamismo. Quando você faz uma obra, seja pública ou privada, você movimento dezenas de



outros segmentos econômicos, gerando emprego e renda”, argumentou.

Mazinho avalia que “os trabalhadores não têm condições de esperar mais e vamos lutar para que a Mesa Nacional, que estava praticamente desativada, cumpra seu papel de induzir o crescimento do setor mais afetado pela crise e o desemprego”.

Ainda de acordo com o dirigente sindical, “se o governo não tomar a iniciativa e não assumir a dianteira desse processo, nada acontecerá, pois o setor privado está esgotado, principalmente diante da crise que atingiu as grandes empresas do setor envolvidas no Petrolão”.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

### CNI: em janeiro, mais de um terço do parque industrial fica paralisado

A pesquisa Sondagem Industrial divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) revelou que a utilização da capacidade produtiva da indústria do país atingiu seu recorde de ociosidade em janeiro. O índice que mede a



utilização do maquinário instalado ficou em 62% no mês passado, cinco pontos abaixo do registrado em janeiro de 2015 o menor resultado desde o início da pesquisa, em 2007.

“Mais de um terço do parque industrial está parado. Além disso, em janeiro a produção continuou em queda, assim como o emprego”, antecipou nota da entidade.

O índice que mede a evolução da produção, com variação de 0 a 100, estacionou em 39,7 pontos no primeiro mês de 2016. De acordo com a metodologia da pesquisa, uma pontuação abaixo dos 50 pontos representa retração. O resultado de janeiro também foi o menor desde o começo da série mensal, em 2010.

O emprego nas indústrias registrou 41,4 pontos, bem distante da linha divisória dos 50 pontos, o que revela a intensidade da queda.

O estudo, que também questionou os empresários sobre suas expectativas para o ano, aponta um pessimismo generalizado: a previsão é de quedas mais intensas, com baixa intenção de investimento e contratação.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## **Novos cortes reduzem dívida pública federal, mas R\$ 78 bi ainda vão para os bancos**

Após o governo promover cortes no Orçamento da União de 2016, de R\$ 23,4 bilhões sobre R\$ 82 bilhões, mais R\$ 25,71 bilhões

promovidos anteriormente, o Tesouro Nacional divulgou a redução da dívida pública federal em 1,54% em janeiro. O governo pagou R\$ 78,38 bilhões aos bancos, algo próximo ao orçamento de um ano do Ministério da Saúde, e fechou o mês com a dívida em R\$ 2,74 trilhões.

Com todos esses cortes para fazer caixa, o governo paga essa amortização de janeiro com intuito de agradar os bancos e atender as agências de risco. De nada adiantou a sofreguidão em repassar o dinheiro desviado de necessidades básicas, visto a decisão da agência Moody's de rebaixar, no dia 24 deste mês, o grau de investimento do país, assim como fizeram a Standard Poor's e a Fitch.

No Demonstrativo da execução da Receita Corrente Líquida do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de 2015 verifica-se a inviabilidade da nação suportar o ônus da atual dívida.

Somadas as receitas Tributárias e de Contribuições, mais outras de menor importância, a arrecadação do governo em 2015 foi de R\$ 1,283 trilhões. Desse total foram transferidas para Estados e Municípios e Previdência Social, entre outras, R\$ 607,992 bilhões restando para a União R\$ 644,522 bilhões para fazer frente a todos os seus compromissos.

Só as despesas de juros da União em 2015 foram de R\$ 397,0 bilhões, ou seja, 62% de todo dinheiro disponível.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



*Novas paralisações estão previstas para os próximos meses*

## Federação dos Petroleiros farão mobilização nacional em defesa da Petrobrás

A direção da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) aprovou uma agenda de mobilização da categoria para os próximos meses.

“A FNP e seus sindicatos reivindicam uma Petrobrás 100% pública e estatal e se opõem aos projetos do senador José Serra, do governo Dilma e da direção da Petrobrás que preveem a venda de participações em subsidiárias, a privatização de unidades e o fim da participação obrigatória da Companhia”, diz a nota publicada pela entidade. O projeto que retira a participação obrigatória da Petrobrás no pré-sal passou no Senado nesta quarta-feira (ver matéria na página 2).

A categoria aprovou também intensificar as ações pelo cumprimento das cláusulas discutidas no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e a suspensão de qualquer punição aos grevistas da campanha salarial do ano passado.

Dentre as principais bandeiras aprovadas pela Federação estão: ampla campanha contra a privatização, o sucateamento, o desmonte do Sistema Petrobrás e o desemprego; apontar a necessidade de realizar uma greve nacional para fazer frente aos ataques; a realização de um Dia Nacional de Luta no início de abril; carta aos 17

sindicatos para convocar uma plenária nacional de ativistas para organizar a luta nacional unificada em defesa da Petrobrás, dentre outros pontos.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## Trabalhadores da Vale fazem greve contra calote na PLR

Os trabalhadores da Vale deflagraram greve em nove unidades mineradora nos municípios de Nova Lima e Itabirito em Minas Gerais. Segundo o Sindicato Metabase de Itabira e Região (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração do Ferro), a categoria reivindica o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2015.

Na quarta-feira, 24, a categoria suspendeu a greve temporariamente à espera de negociações com a mineradora. Segundo o presidente do Sindicato Metabase de Itabira e Região, Paulo Soares de Souza, a entidade está aguardando a Vale divulgar até o final deste mês quais serão os valores pagos aos trabalhadores referente à Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

De acordo com o sindicalista, “seria um ato de loucura se a Vale não pagar esta participação, seria uma afronta em todos os aspectos” a empresa deixar de pagar seus funcionários. A entidade afirmou que a adesão ao movimento foi de 98% dos 6 mil funcionários que trabalham nas nove unidades da empresa. Os trabalhadores permanecem em estado de greve.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## Paim volta a condenar projeto que prevê novas regras para terceirizações

O senador Paulo Paim (PT-RS) avaliou nesta segunda-feira, em Plenário, as audiências promovidas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na semana passada em Sergipe e Alagoas, que discutiram o trabalho escravo e o projeto que altera as regras da terceirização da mão-de-obra (PLC 30/2015), em tramitação no Congresso. As reuniões fazem parte de um ciclo de debates que vem sendo realizado por todo o país para discutir a precarização dos direitos dos trabalhadores.

No dia 10 de março Paim estará em Palmas, no Tocantins e no dia 11, em Goiânia, Goiás, onde vai participar de mais audiências com trabalhadores e representantes do empresariado para discutir os temas.

O senador também falou sobre a proposta de emenda à Constituição que proíbe o trabalho escravo (PEC 57/2011), já aprovada pelo Congresso, mas que ainda espera regulamentação. — Porque a PEC é muito clara: ela diz que em toda a propriedade em que for encontrada escravidão, no campo ou na cidade, [o dono] perde a propriedade. Como eu acho que ninguém quer perder a propriedade, ninguém quer trabalho escravo — ponderou.

*Fonte: Agência Senado*



*MPs continuam trancando a pauta do Senado Federal*

## Pauta do Senado está trancada por MP da reforma administrativa

A pauta do Plenário do Senado Federal está trancada por duas medidas provisórias. A MP 695 autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica a adquirir participações em instituições financeiras e a MP 696 estabelece uma reforma administrativa, promovendo a redução de ministérios de 39 para 31, por meio da fusão de pastas como a do Trabalho com a da Previdência Social.

Projetos que tratam das contas públicas e da criação da Instituição Fiscal Independente também podem ser votados. O presidente do Senado, Renan Calheiros, está ouvindo as lideranças partidárias para definir uma pauta de prioridades para votação. Nesta semana, ele reúne-se com o Bloco de Apoio ao Governo.

*Fonte: Agência Senado*



## Comissão do Senado poderá votar novas regras para trabalho a distância

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, deverá ser alterada para regular o trabalho a distância, modalidade em ascensão em nível mundial com o crescimento do setor terciário da economia. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 326/2013, com esse objetivo, está na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal desta terça-feira (1º), às 10h.

De autoria do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), a proposta estabelece duas categorias de trabalho a distância: o regular, que se distingue do trabalho normal unicamente pela localização (fora do estabelecimento do empregador), e o teletrabalho, também distante, mas caracterizado pelo uso de meios telemáticos e informatizados para sua execução. Conforme a proposição, o empregado do teletrabalho deverá respeitar a confidencialidade dos dados da empresa.

Reconhecendo "a inestimável contribuição" que a CLT trouxe para a vida social brasileira, o senador Roberto Requião notou que essa norma não poderia cobrir todos os desafios que a evolução tecnológica veio a apresentar, passados mais de 70 anos de sua edição.

Segundo ele, a realidade dos trabalhadores a distância da década de 1940 - em sua maior parte, navegantes, rodoviários, ferroviários ou caixeiros viajantes - é muito diferente da realidade da "miríade de trabalhadores que, hoje, se utilizam dos computadores para os mais diversos tipos de

trabalho e que se ativam em praticamente qualquer lugar, não apenas em seus domicílios".

Já Eduardo Amorim observou que a modificação introduzida na CLT pela Lei 12.551/2011, reconhecendo a existência do trabalho a distância, representou um passo importante, mas insuficiente, na adequada regulamentação do teletrabalho.

*Fonte: Agência Senado*

## Câmara pode votar projeto que altera cálculo da dívida dos estados

O Plenário da Câmara dos Deputados pode votar nesta terça-feira (1º) o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 315/16, do deputado Esperidião Amin (PP-SC), que suspende a forma de cálculo do desconto na dívida dos estados e municípios no âmbito de sua renegociação junto à União.

Esse projeto é o item único da primeira sessão extraordinária de terça, marcada para as 13h55.

Em outra sessão extraordinária marcada para logo em seguida, os deputados podem votar duas medidas provisórias que trancam os trabalhos. A MP 693/15 concede benefícios fiscais para as distribuidoras de energia elétrica durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016; e a MP 694/15 muda alíquotas de vários impostos.

**Dívida dos estados** - A renegociação das dívidas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com a União foi autorizada pela Lei Complementar 148/14, que prevê a troca do índice



de IGP-DI mais 6% a 9% ao ano para IPCA mais 4% ao ano ou a taxa Selic, o que for menor.

A forma de cálculo do desconto está no Decreto 8.616/15 e aplica uma fórmula que usa a Selic acumulada de forma composta (juros compostos, ou juros sobre juros). Dessa forma, a diferença em relação aos juros acumulados de forma simples provoca um desconto menor que o esperado pelos estados.

**Olimpíadas** - A Medida Provisória 693/15 cancela ou suspende a incidência de nove tributos para as distribuidoras de energia do Rio de Janeiro, sede oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, e também para as capitais onde haverá partidas de futebol (São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Manaus).

De acordo com o parecer do relator, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), as empresas poderão se valer desses benefícios nas obras de construção civil e para a compra ou aluguel de máquinas, entre outros pontos.

Outro assunto da MP é a concessão de porte de arma para auditores e analistas da Receita Federal, mesmo fora de serviço, quando existir possibilidade de ameaça a sua integridade física ou de sua família em decorrência do trabalho, desde que a ameaça seja registrada na polícia.

**Benefícios fiscais** - Inicialmente parte do esforço de ajuste fiscal do governo para aumentar a arrecadação, a MP 694/15 foi aprovada na comissão mista com aumentos menores de tributos e a concessão de outros benefícios.

O relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) manteve o aumento da alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) aplicado aos juros sobre o capital próprio (JSCP) pagos ou creditados aos sócios ou acionistas de empresa. O tributo, que era de 15%, foi fixado no texto em

18%. Jucá, porém, adiou em um ano a entrada em vigor do novo percentual, que valerá a partir de 1º de janeiro de 2017 e não mais desde janeiro deste ano.

Os juros sobre capital próprio são recebidos pelos sócios ou acionistas que financiam a empresa com seus próprios recursos. Em troca de ajudar o negócio, eles têm direito a receber juros pelo valor colocado na companhia.

O projeto de lei de conversão inclui ainda a diminuição de meio ponto percentual da alíquota da contribuição previdenciária sobre o faturamento paga pelas empresas do setor têxtil, que cairá de 2,5% para 2%. A alíquota atual está prevista na Lei 13.161/15.

No ano passado, durante a discussão do projeto que deu origem à lei, deputados e senadores aprovaram um percentual de 1,5% para o setor têxtil, porém o texto acabou vetado pela presidente Dilma Rousseff.

**Curso pago** - Entre as propostas de emenda à Constituição pautadas destaca-se o segundo turno da PEC 395/14, que permite às universidades públicas cobrar pela pós-graduação lato sensu.

De autoria do deputado Alex Canziani (PTB-PR), o texto aprovado em primeiro turno permite às universidades públicas cobrarem pelos cursos de extensão e de pós-graduação lato sensu.

A exceção será para o mestrado profissional, os programas de residência (em saúde) e de formação de profissionais na área de ensino, que continuarão gratuitos.

Conforme o substitutivo do deputado Cleber Verde (PRB-MA), em qualquer situação, deverá ser respeitada a autonomia universitária, ou seja, a universidade decidirá se deseja ou não cobrar pelos cursos.



**Recursos do SUS** - Também em pauta está a PEC 1/15, do deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), que assegura mais recursos ao setor público de saúde. O substitutivo da relatora, deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), aprovado na comissão mista, amplia gradualmente o piso federal sobre a receita corrente líquida (RCL) – ao final de seis anos, esse percentual será de 19,4%.

O texto inicial da PEC estabelecia aumento escalonado em cinco anos, com o percentual chegando a 18,7%. O montante executado não poderá ser destinado a pagamento de pessoal e encargos sociais.

Atualmente, a Emenda Constitucional 86 define os gastos mínimos com saúde para a União em 13,2% da RCL para 2016, 13,7% para 2017, 14,1% para 2018, 14,5% para 2019 e 15% a partir de 2020.

**Teto do funcionalismo** - Após a retirada da urgência constitucional do projeto de lei que regulamenta o teto remuneratório para todo o funcionalismo público (PL 3123/15), a matéria precisa ter um regime de urgência regimental para voltar à pauta.

O relator da matéria, deputado Ricardo Barros (PP-PR), modificou seu relatório e tirou do teto outras remunerações que considerou indenizatórias usufruídas pelos militares e servidores do Ministério de Relações Exteriores em missão no estrangeiro.

Fonte: Agência Câmara

## Dilma confirma saída de Cardozo do Ministério da Justiça

A presidente da República, Dilma Rousseff, oficializou na tarde desta segunda-feira (29) a saída do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, do cargo. Agora, Cardozo assumirá a AGU (Advocacia-Geral da União) no lugar de Luís Inácio Adams, que alegou motivos pessoais para deixar a pasta.

De acordo com o comunicado, o procurador Wellington César Lima e Silva, do Ministério Público da Bahia, vai assumir o cargo de ministro da Justiça.

Cardozo, que se reuniu com Dilma nesta manhã no Palácio do Planalto, deixa o Ministério da Justiça em meio a pressões e críticas aos rumos das investigações da Polícia Federal, subordinada à pasta, especialmente às relativas à operação Lava Jato. O ministro já havia manifestado vontade de deixar o ministério, diante de pressões, mas acabou permanecendo a pedido da presidente.

Fonte: R7 Notícias

### **AGENDA PRESIDENTE DA CONTRICOM FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO**

Dia 1º de Março (terça-feira), participa, em Brasília, da Mesa Nacional da Construção Civil, no Ministério do Trabalho.

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**